

## Sondagem de Mercado - Agendamento Nº 39

**Data**: 07/12/2020

Horário: 16h30 Local: Virtual

**Assunto**: Logística Saúde

**Empresa Solicitante:** LOGFARMA

Representante da empresa: Max Trevisan (diretor) e Mário Cortez

## Participantes do Governo do Estado:

Nome	Órgão	Cargo
Anderson Peixoto Jardim	Sefaz	Consultor do Tesouro
Maria Mancini de Moraes Ribeiro	Sesa	Gestora de Projetos
Julio Cesar Arana	Sefaz	Gerente de PPP
Simone Lemos Vieira	Sefaz	Subgerente

## Ata da Reunião

O gerente do Programa de PPPs agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao representante da empresa, que salientou a importância de o contrato prever ferramentas de controle, tecnologia de informação e rastreabilidade. Julio explicou a importância da sondagem para maturação do escopo, ao ouvir os players do mercado e conhecer as melhores práticas e soluções para que o projeto tenha aderência ao mercado, com matriz de responsabilidades equilibrada, gerando incentivos corretos para a eficiência do contrato. Acrescentou que o estado tem a intenção de estruturar o projeto como uma PPP possibilitando amortização do investimento ao longo do contrato. O estado disponibilizará terreno próprio suficiente para a construção do CD e que possibilite a geração de receitas acessórias pelo concessionário, que diminuiriam as contraprestações públicas. Maria informou que esse projeto está na carteira prioritária de governo, monitorado pelo secretário de saúde. Salientou que a estruturação do projeto evoluiu para modelo de PPP por ser um contrato de eficiência, de longo prazo, dotado de indicadores de desempenho. Ressaltou que o escopo do projeto é atender às assistências farmacêutica e hospitalar do estado. O desafio será organizar a cadeia logística, desde o planejamento até a dispensação dos medicamentos ao usuário na ponta, aderente ao mercado e atrelado à satisfação dos usuários do SUS. Sobre os terrenos, Max salientou que o mais importante é que a área permita a verticalização e o zoneamento tem que ser adequado a esse tipo de construção, salientando que a localização do CD impactará no tempo de entrega do medicamento. Perguntou sobre o fundo garantidor, pois constituiu-se em trava comum a outros projetos. Falou também sobre o impacto financeiro na utilização do CD para outros usos. Sobre a construção do CD, considerando análise enquanto privado, o contrato de longo prazo seria mais viável, ao diluir o risco em mais tempo e a um preço



eventualmente mais baixo que em um pregão. A maior dificuldade é como se paga o projeto e como se garante esse projeto, considerando ainda a questão da mudança de governo. Maria disse que a questão do terreno será definida com os estudos e pediu ao Julio que esclarecesse a dúvida quanto ao fundo garantidor. Julio salientou que o projeto possibilita a redução da necessidade de estoques gerando maior adequação fiscal e que a busca pela melhora da qualidade fiscal é uma das diretrizes do Programa de PPPs e Concessões do Estado. Ressaltou a natureza privada do fundo garantidor de PPP do estado e, sobre as receitas acessórias, Julio disse que o objetivo é incentivar o uso exclusivo para a distribuição de medicamentos, até pelo fato de o estado ser um corredor logístico, com muitas vantagens competitivas nesse setor. Sobre os terrenos, isso será deixado à disposição para o futuro concessionário definir. Acrescentou a importância da unitarização, para que não haja perdas. Max falou sobre a questão do consumo de medicamentos por parte das OS, principalmente nos hospitais, onde há maior consumo de medicamentos e insumos hospitalares. Disse que se mantiver a compra dos medicamentos pelas OS nos grandes hospitais, isso impactará no tamanho do CD. Também pediu atenção aos sindicatos das categorias e salientou que é muito positivo se o projeto for do CD até a beira do leito como destinação final, muito importante na gestão e no controle do estoque. Maria questionou sobre a adoção de sistema de integridade completando que o estado do ES é uma referência na área de controle interno e transparência. A empresa aplica o compliance na prática e sugeriu que no edital o estado cobre a obrigatoriedade de programa de integridade e parâmetros de compliance. Maria perguntou também sobre boas práticas de armazenagem e distribuição. Anderson ponderou que o concessionário poderá planejar a construção do CD em conformidade com o plano de negócios. Aliado a isso tem o fato de que o projeto, sendo desenvolvido por meio de PPP, terá prazo maior de amortização dos investimentos, casando o planejamento operacional com o financeiro, incluindo as atividades de receitas acessórias. Salientou também as características e vantagens do FGP-ES. Sobre as compras governamentais, Maria falou que os de maior custo são feitas de forma centralizada, mas existe um esforço de centralização que tem uma curva de aprendizado, que tem etapas a percorrer mas o processo caminha de forma satisfatória. Julio informou que o governo está estruturando projetos de PPPs e concessões por meio de parcerias com o Bandes, BNDES e BID, mas que ao final do processo de sondagem o CGP-ES irá definir a forma de estruturação do projeto. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada.